

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

CRIMINOLOGIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CRIMINOLOGIA

DISCIPLINA: CRIMINOLOGIA
RESUMO
Nesta disciplina vamos falar sobre insegurança social, começando por alguns indicadores mundiais e nacionais, e veremos o que as ciências dizem a respeito desse complexo fenômeno da atualidade.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO AS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS ELEMENTOS PSICOLÓGICOS ENVOLVIDOS A SOCIOLOGIA E A TRANSITORIEDADE DAS RELAÇÕES A VULNERABILIDADE SOCIAL
AULA 2 INTRODUÇÃO CRIMINOLOGIA CULPABILIDADE DO AGENTE CRIMINOSO COMPORTAMENTO CRIMINOSO E APLICAÇÃO DA LEI PENAL CUSTOS DA CRIMINALIDADE E ALGUMAS PERSPECTIVAS
AULA 3 INTRODUÇÃO DOS REGIMES DE CUMPRIMENTO DE PENA O ESTADO ATUAL DOS PRESÍDIOS A VULNERABILIDADE NO CÁRCERE ALGUMAS PERSPECTIVAS
AULA 4 INTRODUÇÃO COMPORTAMENTO VIOLENTO E DIREITO PENAL VIOLÊNCIA COMO FENÔMENO SOCIAL CRIMINALIZAÇÃO E MEDIDA DE CULPABILIDADE VULNERABILIDADES
AULA 5 INTRODUÇÃO PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL II CULPABILIDADE EXCLUDENTES CRIMINAIS CRIMINALIDADE E CRIMINALIZAÇÃO
AULA 6 INTRODUÇÃO PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL (II) ALGUNS ELEMENTOS DE PSICANÁLISE

REINCIDÊNCIA
RESSOCIALIZAR É PRECISO

BIBLIOGRAFIAS

- CERQUEIRA, D. et al. (Coord.). Atlas da violência 2018. 2018.
- ARAÚJO, Á. C.; NETO, F L. A nova classificação americana para os transtornos mentais – o DSM-5. Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva. São Paulo, v. 16, n. 1, 2014.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V. Tradução de Aristides Volpato Cordioli, Cristiano Tschiedel Belém da Silva, Ives Cavalcante Passos, Christian Kieling e Mário Tregnago Barcellos. Porto Alegre: Artmed, 2014. 5. ed.

DISCIPLINA:

POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA

RESUMO

Para discutirmos acerca das políticas sociais e o enfrentamento da questão da violência, propomos, em um primeiro momento, o retorno ao conceito de política social. Afinal, do que se trata? Não é nosso objetivo, aqui, aprofundarmos o tema e os fundamentos da política social. Entretanto, é importante que façamos algumas reflexões que irão contribuir para a compreensão da problemática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

O TRATAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL ANTES DA DÉCADA DE 1930

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

POLÍTICA SOCIAL E NEOLIBERALISMO NO BRASIL

A POLÍTICA SOCIAL E DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

AULA 2

INTRODUÇÃO

A VIOLÊNCIA FÍSICA

VIOLÊNCIA MORAL E PSICOLÓGICA

VIOLÊNCIA PATRIMONIAL

VIOLÊNCIA SEXUAL

AULA 3

INTRODUÇÃO

CICLOS DE VIDA E VIOLÊNCIA

VIOLÊNCIA URBANA

VIOLÊNCIA NO CAMPO

VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA

AULA 4

INTRODUÇÃO

O ATENDIMENTO E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

A POLÍTICA DE SAÚDE

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OUTRAS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA

AULA 5

INTRODUÇÃO

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

CONTROLE SOCIAL

MOVIMENTOS SOCIAIS E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

O TRABALHADOR DAS POLÍTICAS SOCIAIS NAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL

AULA 6

INTRODUÇÃO

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

NOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA

COTIDIANO E TRABALHO PROFISSIONAL

CONDUTA ÉTICA E O COMPROMISSO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

BIBLIOGRAFIAS

- OLIVEIRA, E. P. de. Curso de processo penal. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- ÁVILA, H. Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros, 2003.
- BAJER, P. Processo Penal e cidadania. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DISCIPLINA:

DIREITO PROCESSUAL PENAL

RESUMO

Da Democracia decorre a realização de valores de convivência humana, tais como a igualdade, a liberdade e dignidade da pessoa. Do Estado de Direito advém, essencialmente, mas não exclusivamente, o norteamento do proceder estatal e de seus cidadãos com base na lei. Da junção de ambos, para além de sugerir mera reunião formal de seus respectivos elementos (Silva, 1998, p. 123), tem-se no Estado Democrático de Direito o foco no respeito aos direitos humanos e garantias fundamentais por meio de uma proteção jurídica - este é o tema principal que abordaremos nesta disciplina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

SISTEMA PROCESSUAL PENAL INQUISITIVO

SISTEMA PROCESSUAL PENAL ACUSATÓRIO

SISTEMA PROCESSUAL PENAL MISTO

SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO

AULA 2

INTRODUÇÃO

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO INQUÉRITO POLICIAL

INÍCIO E FORMALIZAÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES POLICIAIS

OBRE O ATO DE INDICIAMENTO PELA AUTORIDADE POLICIAL

RELATÓRIO FINAL E ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO

AULA 3

INTRODUÇÃO

SIGILO POLICIAL, SEGREDO DE JUSTIÇA E ACESSO AOS AUTOS DO INQUÉRITO POLICIAL PELO ADVOGADO

REQUERIMENTOS E RAZÕES PELA DEFESA: CONTRADITÓRIO NO IPL?

ARTS. 14-A, CPP E 16-A, CPPM: BREVES COMENTÁRIOS (PARTE 1)

ARTS. 14-A, CPP E 16-A, CPPM: BREVES COMENTÁRIOS (PARTE 2)

AULA 4

INTRODUÇÃO

COMPETÊNCIA DO JUIZ DAS GARANTIAS MAXIMIZANDO A IMPARCIALIDADE DO ÓRGÃO JURISDICIONAL

MEDIDAS CAUTELARES NO CURSO DO PROCESSO ANÁLISE E DECISÃO EM FACE DO ART. 3º-B, XI, DO CPP

SOBRE O PRAZO DE DURAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

ART. 3º-B, XVI, DO CPP E O ASSISTENTE TÉCNICO NO ÂMBITO PRÉ-PROCESSUAL

AULA 5

INTRODUÇÃO

A LEI ANTICRIME E O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E SUA APLICAÇÃO NO TEMPO

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E AS INFRAÇÕES PENAIS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E A POLÍCIA JUDICIÁRIA

AULA 6

INTRODUÇÃO

INTERCEPTAÇÃO, ESCUTA, GRAVAÇÃO E CAPTAÇÃO AMBIENTAL: ASPECTOS CONCEITUAIS IMPORTANTES

A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E A LEI N. 9.296/1996

EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DA CAPTAÇÃO AMBIENTAL

CAPTAÇÃO AMBIENTAL E A REGULAMENTAÇÃO TRAZIDA PELA LEI ANTICRIME

BIBLIOGRAFIAS

- BADARÓ, G. H. Processo penal. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.
- PACELLI, E. Curso de processo penal. 17. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2013.
- LENZA, P. (Coord.). Direito processual penal esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA:

CRIMES CIBERNÉTICOS

RESUMO

Esta disciplina tem por escopo estudar o Direito Penal Informático, introduzindo brevemente as noções que permeiam o Direito Penal, a criminalidade cibernética e a dificuldade de tipificação das condutas, desembocando, finalmente, em uma análise da realidade brasileira acerca da legislação que pretende combater os cibercrimes. Assim entenderemos como e porque o Direito Penal passou a se preocupar com algumas condutas adotadas no ambiente digital, como se deu o processo de tipificação e quais foram as efetivamente previstas em nosso direito pátrio.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

DADOS SOBRE CRIMES INFORMÁTICOS

TIPIFICAÇÃO CRIMINAL: A TEORIA “TCC” (TÉCNICA, COMPORTAMENTO E CRIME)

CONDUTAS INFORMÁTICAS QUE PODEM SER CONSIDERADAS CRIMES (PARTE 1)

CONDUTAS INFORMÁTICAS QUE PODEM SER CONSIDERADAS CRIMES (PARTE 2)

AULA 2

INTRODUÇÃO

TUTELA AOS BENS JURÍDICOS

CONCEITO JURÍDICO DE CRIME INFORMÁTICO

CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES INFORMÁTICOS

SUJEITO ATIVO, COMPETÊNCIA E LUGAR

AULA 3

INTRODUÇÃO

A CONSTRUÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

CRIMES INFORMÁTICOS COMETIDOS POR FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS - LEI N. 9.983/2000

CRIMES INFORMÁTICOS PUROS E A LEI CAROLINA DIECKMANN (LEI N. Nº 12.737/2012)

INVASÃO DE DISPOSITIVO INFORMÁTICO: ART. 154-A DO CÓDIGO PENAL

AULA 4

INTRODUÇÃO

FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR

CRIME DE DANO

CRIME DE PEDOFILIA

CRIMES CONTRA A HONRA

AULA 5

INTRODUÇÃO

CRIMES DE FALSA IDENTIDADE

FRAUDE BANCÁRIA – FURTO QUALIFICADO

FRAUDE BANCÁRIA – ESTELIONATO

CRIME ECONÔMICOS E A LAVAGEM DE DINHEIRO

AULA 6

INTRODUÇÃO

CASOS CONCRETOS: CRIMES PRÓPRIOS

CASOS CONCRETOS: CRIMES IMPRÓPRIOS

PERSPECTIVAS FUTURAS

CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIAS

- AMORIM, D. Prejuízos à economia e à sociedade. Correio Braziliense, 2010. Disponível em:
http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/04/29/interna_cidadesdf,189487/prejuizos-da-pirataria-a-economia-e-a-sociedade.shtml.
- AVAST. Academia de ameaças online. Disponível em: <https://www.avast.com/pt-br/conline-threats>.

- GOVERNO investe metade do orçamento de segurança cibernética em 2012. CIO, 16 jul. 2013. Disponível em: <https://cio.com.br/governo-investe-metade-do-orcamento-de-seguranca-cibernetica-em-2012/>. Acesso em: 2 abr. 2019.

DISCIPLINA:
INVESTIGAÇÃO DE CIBERCRIMES - PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO
RESUMO
Se é verdade que os recentes avanços das tecnologias da informação e comunicação disponibilizam recursos que incontestavelmente promovem o bem comum da humanidade, também é verdade que pessoas de mente deturpada e intenções desonestas podem deles se valer como instrumentos hábeis e eficientes à prática de atos delituosos. De fato, uma das maiores invenções tecnológicas da atualidade – a internet – tem sido largamente utilizada como uma das principais forças motrizes da criminalidade informática.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO PANORAMA HISTÓRICO DA INTERNET INTERNET, CIBERESPAÇO E SOCIEDADE VIRTUAL CRIMINALIDADE INFORMÁTICA: CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS CRIMINALIDADE INFORMÁTICA E SOCIEDADE DE RISCO
AULA 2 INTRODUÇÃO CRIMINALIDADE - INFORMÁTICA NO TEMPO (PARTE 2) PRINCIPAIS PRÁTICAS ILÍCITAS NA INTERNET FATORES QUE ESTIMULAM A PRÁTICA DE CIBERCRIMES (PARTE 1) FATORES QUE ESTIMULAM A PRÁTICA DE CIBERCRIMES (PARTE 2)
AULA 3 INTRODUÇÃO ENDEREÇO IP (INTERNET PROTOCOL) - PARTE 2 ENDEREÇO IP (INTERNET PROTOCOL) - PARTE 3 ENDEREÇO IP (INTERNET PROTOCOL) - PARTE 4 ENDEREÇO IP (INTERNET PROTOCOL) - PARTE 5
AULA 4 INTRODUÇÃO LEI N. 12.737/2012 E A TIPIFICAÇÃO DOS CIBERCRIMES IMPRÓPRIOS (PARTE 1) LEI N. 12.737/2012 E A TIPIFICAÇÃO DOS CIBERCRIMES IMPRÓPRIOS (PARTE 2) LEI N. 12.737/2012 E A TIPIFICAÇÃO DOS CIBERCRIMES IMPRÓPRIOS (PARTE 3) LEI N. 12.735/2012 E A ESPECIALIZAÇÃO POLICIAL NA PERSECUÇÃO PENAL CIBERNÉTICA
AULA 5 INTRODUÇÃO DARKNET INFILTRAÇÃO POLICIAL ON-LINE (PARTE 1)

INFILTRAÇÃO POLICIAL ON-LINE (PARTE 2)
INFILTRAÇÃO POLICIAL ON-LINE (PARTE 3)

AULA 6

INTRODUÇÃO

CRIPTOATIVOS E ATIVIDADES ILÍCITAS (PARTE 2)

BLOCKCHAIN

CRIPTOATIVOS E LAVAGEM DE DINHEIRO (PARTE 1)

CRIPTOATIVOS E LAVAGEM DE DINHEIRO (PARTE 2)

BIBLIOGRAFIAS

- BRAVO, L. O que acontece em um minuto na internet? Whow, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://www.whow.com.br/comportamento/acontece-um-minutointernet/>.
- MANSO, B. De cada r\$ 100 roubados de bancos no brasil, r\$ 95 já são pelo computador. O Estadão, 5 maio 2013. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,de-cada-r-100-roubados-de-bancos95-sao-por-computador,1028716>.
- NORTON BY SYMANTEC. Norton cyber security insights report 2017. 2017. Disponível em: <https://www.nortonlifelock.com/us/en/newsroom/press-kits/ncsir2017/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

DISCIPLINA:

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E O COMBATE AOS CIBERCRIMES

RESUMO

As empresas de segurança cibernética e outras organizações privadas que se concentram na segurança, risco comercial e/ou análise de ameaças em todo o mundo publicam relatórios de tendências de crimes cibernéticos e/ou contra a segurança cibernética com base em incidentes históricos de segurança cibernética e seus tipos, frequência e impacto. Por exemplo, em 2018, o ransomware foi identificado como uma tendência de crimes cibernéticos, pela empresa TrendMicro. Com essa forma de crime cibernético, os sistemas de computador são infectados com código malicioso (malware) e os dados neles são disponibilizados como inacessíveis aos seus proprietários e/ou usuários legítimos até que uma taxa seja paga ao criminoso cibernético.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

DIREITO INTERNACIONAL E HARMONIZAÇÃO LEGAL

AS DIFICULDADES LEGAIS, ÉTICAS E OPERACIONAIS DO COMBATE AOS CIBERCRIMES

O PAPEL DA LEGISLAÇÃO ESPECIAL DE CIBERCRIMES NO DIREITO INTERNACIONAL

DIREITO INTERNACIONAL E HARMONIZAÇÃO LEGAL

AULA 2

INTRODUÇÃO

CONDUZINDO INVESTIGAÇÕES SOBRE CIBERCRIMES - PARTE 1

CONDUZINDO INVESTIGAÇÕES SOBRE CIBERCRIMES - PARTE 2

OBSTÁCULOS ÀS INVESTIGAÇÕES DE CIBERCRIMES

GESTÃO DO CONHECIMENTO

AULA 3

INTRODUÇÃO

DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO DE CIBERCRIME - PARTE 1

DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO DE CIBERCRIME - PARTE 2

DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DE TERCEIROS

TRATADOS INTERNACIONAIS DE CIBERCRIMES E OS DIREITOS HUMANOS

AULA 4

INTRODUÇÃO

ESTRATÉGIAS DE CIBERSEGURANÇA

CICLO DA ESTRATÉGIA DE CIBERSEGURANÇA NACIONAL

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA CIBERSEGURANÇA

POSTURA DE CIBERSEGURANÇA E O COMBATE AO CIBERCRIME

AULA 5

INTRODUÇÃO

MECANISMOS FORMAIS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

INSTRUMENTOS NACIONAIS E REGIONAIS

REQUERIMENTOS DE ASSISTÊNCIA MÚTUA

MECANISMOS INFORMAIS DE COOPERAÇÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO

CAPACIDADE NACIONAL E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO COMBATE AOS CIBERCRIMES NO BRASIL -
PARTE 1

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO COMBATE AOS CIBERCRIMES NO BRASIL -
PARTE 2

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO COMBATE AOS CIBERCRIMES NO BRASIL -
PARTE 3

BIBLIOGRAFIAS

- AMA – American Marketing Association. The Murky Ethics of Data Gathering in a Post-Cambridge Analytica World. The Medium, 31 May 2018. Disponível em: <https://medium.com/ama-marketing-news/the-murky-ethics-of-data-gathering-in-a-post-cambridge-analytica-world-33848084bc4a>.
- ACM, 2012. Disponível em: https://users.ece.cmu.edu/~tdumitra/public_documents/bilge12_zero_day.pdf.
- União, Rio de Janeiro, p. 2.391, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 4 abr. 2020.

DISCIPLINA:

DESAFIOS ESTRATÉGICOS PARA A SEGURANÇA E DEFESA CIBERNÉTICA

RESUMO

O surgimento dos primeiros computadores, sua evolução e o advento da internet foram, e ainda são, facilitadores da criação e do consumo exponencial da informação de uma maneira cada vez mais imediata.

As novas tecnologias possibilitam que a expressão dos pensamentos, bem como das ideias das pessoas, floresçam em tempo real, criando assim um ciclo que envolve a produção e o consumo do que podemos considerar como informações cibernéticas (Cordeiro Viana e Silva; Bandeira, 2016).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
A CIBERNÉTICA
O ESPAÇO CIBERNÉTICO
CIBERCULTURA
CIBERCRIMES

AULA 2

INTRODUÇÃO
SEGURANÇA CIBERNÉTICA
PRIVACIDADE CIBERNÉTICA
MANUTENÇÃO DA INTEGRIDADE DE DADOS
A GESTÃO DA SEGURANÇA, PRIVACIDADE E INTEGRIDADE DE DADOS NO
ESPAÇO CIBERNÉTICO

AULA 3

INTRODUÇÃO
COMPROMETIMENTO DA INTERNET
GOVERNANÇA
GOVERNANÇA NAS CORPORAÇÕES
RESILIÊNCIA, DISSUAÇÃO E DEFESA: A CIBERSEGURANÇA NAS CORPORAÇÕES

AULA 4

INTRODUÇÃO
POLÍTICA DE DEFESA CIBERNÉTICA BRASILEIRA
PARCERIAS INTERNACIONAIS
DOCTRINA MILITAR DE DEFESA CIBERNÉTICA (DMDC)
ESTRATÉGIA PARA GOVERNANÇA E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE DEFESA
CIBERNÉTICA NO BRASIL

AULA 5

INTRODUÇÃO
INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA, SEGURANÇA CIBERNÉTICA E CIBERGUERRA
SITUAÇÃO DO BRASIL NO TOCANTE À SEGURANÇA CIBERNÉTICA
O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA E DEFESA CIBERNÉTICA
QUESTÕES CRÍTICAS COM RELAÇÃO À SEGURANÇA CIBERNÉTICA

AULA 6

INTRODUÇÃO
DEFESA AMPLIADA CONTRA RAMSOMWARES
FALHAS DE SEGURANÇA NAS ESTRUTURAS DE PLATAFORMAS DE COMPUTAÇÃO
EM NUVEM

PERSPECTIVAS DE SEGURANÇA NA INTERNET DAS COISAS (IOT)
PORTA ABERTA DOS APPS E RISCOS DA MOBILIDADE TOTAL

BIBLIOGRAFIAS

- CIRIACO, D. Mais de 4 bilhões de pessoas usam a internet ao redor do mundo - TecMundo. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/internet/126654-4-bilhoes-pessoas-usam-internet-no-mundo.htm>.
- COSTA, P. C. DE A. A. Riscos cibernéticos e a dificuldade em sua análise de risco. Disponível em: <http://poletto.adv.br/riscos-ciberneticos-e-a-dificuldadeem-sua-analise-de-risco-por-pedro-cardoso-de-almeida-andrade-costa/>.
- NETRANET. O que é integridade de dados? Disponível em: <https://blog.netranet.com.br/o-que-e-integridade-de-dados/>. Acesso em: 12 jul. 2019.

DISCIPLINA:

FRAUDES CONTÁBEIS E DOCUMENTAIS

RESUMO

O objetivo desta disciplina é ensinar conceitos e definições sobre fraudes contábeis e documentais. São assuntos distintos, mas que se entrelaçam quando se utiliza um documento falsificado ou adulterado para um lançamento contábil. Começaremos falando de fraudes documentais, atestadas por um perito de documentoscopia, e depois abordaremos as fraudes contábeis, que ficam a cargo de um perito em contabilidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
CONCEITOS INICIAIS
MOMENTO ATUAL NO BRASIL E AS INVESTIGAÇÕES DA LAVA JATO
FRAUDES
DOCUMENTOS
HISTÓRIA DA DOCUMENTOSCOPIA

AULA 2

INTRODUÇÃO
CONCEITOS INICIAIS
ESCRITA
PRINCÍPIOS DA GRAFOSCOPIA
LEIS DO GRAFISMO
A PERÍCIA

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONCEITOS INICIAIS
OS ELEMENTOS ESTÁTICOS
ELEMENTOS OBJETIVOS
ELEMENTOS SUBJETIVOS
TIPOS DE FALSIFICAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO

CONCEITOS INICIAIS
EXEMPLOS DE ERROS E FRAUDES
FRAUDES CONTÁBEIS
LEIS BRASILEIRAS SOBRE FRAUDES
CONCORRÊNCIA DESLEAL

AULA 5

INTRODUÇÃO
O PAPEL DA AUDITORIA
LEI SARBANES-OXLEY
GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONTABILIDADE CRIATIVA
BRASIL REPORTOU EM 2018 SOMENTE 84% DE FRAUDES
CRONOLOGIA DAS LEIS BRASILEIRAS ANTIFRAUDE

AULA 6

INTRODUÇÃO
FRAUDES CONTÁBEIS MAIS COMUNS
ALGUNS EXEMPLOS DE FRAUDES CONTÁBEIS
NÚMEROS DAS OPERAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL
NÚMEROS DA OPERAÇÃO LAVA JATO
A OPERAÇÃO QUE TEVE INÍCIO EM 2014

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Banco Central do Brasil. Elementos de segurança. Brasília, [201-]. Disponível em:
https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fhtms%2Fmecir%2Fseguranca%2Froteiro_seg_fam.asp.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial, Rio de Janeiro, p. 2.391, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 3 jun. 2019.
- DEL PICCHIA, J. et al. Tratado de documentoscopia: da falsidade documental. São Paulo: Pillares, 2016.

DISCIPLINA: **POLÍCIA COMUNITÁRIA**

RESUMO

Esta disciplina abordará o estudo sobre o histórico da concepção de polícia comunitária nos países em que esta promoveu maior impacto nas políticas públicas de segurança e defesa social, e serão apresentados e discutidos os principais projetos desenvolvidos no Brasil na área.

No que se refere à gestão integrada, serão realizados debates sobre a conexão dos pressupostos dos conceitos de polícia comunitária, com as práticas de planejamento organizacionais destinadas às comunidades que recebem as atividades de segurança pública e defesa social.

Quanto às habilidades e competências previstas, o estudante será estimulado a identificar a diferença nas práticas das diferentes perspectivas de policiamento e integração das noções de gestão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

O SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

OS POLICIAIS

CONCEITO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA

INTERPRETAÇÕES ERRÔNEAS SOBRE A POLÍCIA COMUNITÁRIA

AULA 2

INTRODUÇÃO

PRINCÍPIOS DA POLÍCIA COMUNITÁRIA (SENASP, 2008)

GRUPOS PARA A IMPLANTAÇÃO (SENASP, 2008)

O TRABALHO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA

A POLÍCIA E A MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE

AULA 3

INTRODUÇÃO

O BAIRRO, UNIDADE URBANA (SENASP 2013)

DIRETRIZES PARA A INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE (SENASP 2008)

A INTEGRAÇÃO COM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA COMUNIDADE

VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO

CONDUTA ÉTICA E LEGAL NA APLICAÇÃO DA LEI

CONDUTA ÉTICA E LEGAL NA APLICAÇÃO DA LEI

CÓDIGO DE CONDUTA PARA OS ENCARREGADOS DA APLICAÇÃO DA LEI

PRINCÍPIOS BÁSICOS SOBRE O USO DA FORÇA E DE ARMAS DE FOGO

AULA 5

INTRODUÇÃO

JAPÃO

A POLÍCIA DE PROXIMIDADE NA EUROPA

A POLÍCIA COMUNITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL

EL SALVADOR

AULA 6

INTRODUÇÃO

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA

FINALIDADES DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

DIFICULDADES

SITUAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA DOS ESTADOS

BRASILEIROS EM 2006

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Dúvidas frequentes. Brasília, [20--]. Disponível em:

<https://www.prf.gov.br/portal/acesso-a-informacao/concursos-e-selecoes1/duvidas-frequentes>.

- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Polícia Federal. Requisitos e atribuições dos cargos. Brasília, 5 mar. 2010. Disponível em: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/concursos/caracteristicas-dos-cargos/carreirapolicial/requisitos-e-atribuicoes-dos-cargos-da-carreira-policial-federal>. Acesso em: 1 ago. 2019.

DISCIPLINA:
GERENCIAMENTO DE CRISES E CONFLITOS POLICIAIS
RESUMO
É indubitável a importância do Gerenciamento de Crises Policiais e de toda a sua conseqüência doutrina às instituições de segurança pública em todo mundo e, por conseguinte, a toda comunidade protegida por estas instituições. A disciplina Gerenciamento de Crises e Conflitos Policiais traz detalhes sobre o assunto revelando sobre a necessidade de sempre buscarmos respostas mais dialogadas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO DA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA BREVE HISTÓRICO DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS NO MUNDO E NO BRASIL BREVE HISTÓRICO DO GERENCIAMENTO DE CRISES NO MUNDO DA GÊNESE DO GC NOS EUA (EM MEIO A NECESSIDADE DE AÇÕES DA SWAT)
AULA 2 INTRODUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO GC NO BRASIL PRIMEIROS CONCEITOS DO GERENCIAMENTO DE CRISES ELEMENTOS ESSENCIAIS DE INFORMAÇÃO UMA NOVA TIPOLOGIA DE CEC E O PONTO CRÍTICO
AULA 3 INTRODUÇÃO PRIMEIRA INTERVENÇÃO EM CRISES (PIC) DA PRIMEIRA INTERVENÇÃO EM INCIDENTES CRÍTICOS COM EXPLOSIVOS INTERMEDIÁRIOS CARACTERÍSTICAS DA CRISE
AULA 4 INTRODUÇÃO OBJETIVOS DO GERENCIAMENTO DE CRISES TIPOLOGIA DAS SITUAÇÕES CRÍTICAS ALTERNATIVAS TÁTICAS DO GERENCIAMENTO DE CRISES ALTERNATIVAS TÁTICAS PARA OS BOMBEIROS
AULA 5 INTRODUÇÃO PERÍMETROS DE SEGURANÇA

ELEMENTOS OPERACIONAIS ESSENCIAIS
NA DIMENSÃO DE UMA NEGOCIAÇÃO “DIFERENTE”
NEGOCIAÇÃO POLICIAL

AULA 6

INTRODUÇÃO

DOS OUTROS ELEMENTOS OPERACIONAIS ESSENCIAIS

FASES DA CONFRONTAÇÃO

DA IMPORTÂNCIA DO GERENCIAMENTO DE CRISES (GC) E DA CONSTANTE

ATUALIZAÇÃO DE SUA LEGISLAÇÃO E DOCTRINA

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIAS

- BONIS, G. Munique 1972: Há 40 Anos, a Tragédia que mudou o Mundo. Carta Capital, 5 set. 2012. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/munique-1972-os-jogos-olimpicos-que-transformaram-o-mundo/>.
- DUNNIGAN, J. F. Ações de comandos: operações especiais, comandos e o futuro da arte da guerra norte-americana. Ed. Biblioteca do Exército, 2008. EXÉRCITO BRASILEIRO. Curso de Forças Especiais. CIOpEsp, 30 abr. 2018. Disponível em: www.cioesp.eb.mil.br.
- FERNANDES, C. 05 de Setembro – Massacre de Munique. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/jogosolimpicos-munique1972.htm>. Acesso em: 23 jul. 2019.

DISCIPLINA:

CRIMINALIDADE, CRIMINALIZAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E MOVIMENTOS SOCIAIS

RESUMO

Ao longo da disciplina, trataremos de conceituar crime, criminalidade e criminalização com o objetivo de buscar o entendimento sobre essas categorias fundamentais para compreender a realidade no Brasil. Por se tratar de um debate muito polêmico e permeado de discordância e senso comum, procuramos deixar claro que a abordagem que segue parte da teoria socio-histórica amparada na sociologia do crime e do cotidiano. Certamente em outras ciências e áreas do saber, é possível localizar perspectivas distintas da que você encontrará durante as aulas..

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

CRIMINALIDADE: REFLEXÕES PARA ALÉM DA BASE SEMÂNTICA

CRIMINALIZAÇÃO: PROCESSOS SOCIOECONÔMICOS - CULTURAIS

O SISTEMA DE PUNIÇÃO – INSTITUIÇÕES TOTAIS

A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA – QUANDO VIVER É MUITO PERIGOSO

AULA 2

INTRODUÇÃO

HISTÓRIA DO SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL

O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO CHEGA NO LIMITE

O ENCARCERAMENTO EM MASSA - PERFIL E FUNCIONALIDADES

EM BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

AULA 3

INTRODUÇÃO

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS NO SÉCULO XX

AS CONCEPÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

A GERAÇÃO E AS CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS

AULA 4

INTRODUÇÃO

DIREITOS HUMANOS E RELATIVISMO CULTURAL

A ALTERIDADE E A MULTICULTURALIDADE: REFLEXÕES CONCEITUAIS

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

70 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

AULA 5

INTRODUÇÃO

BRASIL NO BANCO DOS REÚS – TRIBUNAIS INTERNACIONAIS

TRATADOS E ACORDOS INTERNACIONAIS EM DEFESA DE DIREITOS HUMANOS

OS DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

AS DISTORÇÕES EM RELAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS COMO ESTRATÉGIA DE ESTADO

AULA 6

INTRODUÇÃO

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

MOVIMENTOS SOCIAIS DO SÉCULO XXI

A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

BIBLIOGRAFIAS

- CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. Dados, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582004000200002.
- HELPES, S. S. A entrada da Sociologia na cena do crime: uma breve revisão literária. Revista Café com Sociologia, Maceió, v. 3, n. 3, p. 141-160, 2014. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/399/pdf>.
- CORTELLA, M. S. Quem avisa amigo é... Folha de São Paulo, 13 set. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/equilibrio/eq1309200122.htm> Acesso em: 28 fev. 2020.

DISCIPLINA:

POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

RESUMO

O crime organizado é um fenômeno inerente à socialização humana. A partir do momento que o homem se reúne com outros, objetivando a comunhão de esforços para a busca dos fins pretendidos, e esses fins se mostram ilícitos, nasce o crime organizado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
COMPARAÇÕES COM OUTROS TIPOS DE CRIMINALIDADE
CRIME ORGANIZADO E OUTRAS FORMAS DE DELINQUÊNCIA
CARACTERÍSTICAS ESPECIALIZADAS NO ENFRENTAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES
CRIMINOSAS

AULA 2

INTRODUÇÃO
O TRATAMENTO PELA LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA
CRIME ORGANIZADO NO CENÁRIO INTERNACIONAL E REGIONAL
DIREITOS HUMANOS E O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO
INTRODUÇÃO À ATUAL LEGISLAÇÃO – LEI N. 12.850/2013

AULA 3

INTRODUÇÃO
O CRIME ORGANIZADO POR NATUREZA: CAUSAS DE AUMENTO PENA E A
PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
O CRIME DE IMPEDIMENTO OU EMBARAÇAMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL
CRIMES OCORRIDOS NA INVESTIGAÇÃO E NA OBTENÇÃO DE PROVA
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E CONSEQUÊNCIAS NO PLANO PROCESSUAL

AULA 4

INTRODUÇÃO
A PRODUÇÃO DA PROVA
DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A LEGISLAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO
MEIOS DE PROVA PROPRIAMENTE DITOS: A COLABORAÇÃO PREMIADA NA
REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO
MEIOS DE PROVA PROPRIAMENTE DITOS: CAPTAÇÃO AMBIENTAL DE SINAIS
ELETROMAGNÉTICOS, ÓPTICOS OU ACÚSTICOS

AULA 5

INTRODUÇÃO
MEIOS DE PROVA: ACESSO A REGISTRO DE LIGAÇÕES TELEFÔNICAS E
TELEMÁTICAS
MEIOS DE PROVA: INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E TELEMÁTICA
MEIOS DE PROVA: AFASTAMENTO DO SIGILO DE DADOS FINANCEIROS,
BANCÁRIOS E FISCAIS
MEIOS DE PROVA: COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES

AULA 6

INTRODUÇÃO
A PROVA TESTEMUNHAL E O INTERROGATÓRIO DO ACUSADO
AÇÃO CONTROLADA
INFILTRAÇÃO DE AGENTES
ESTRUTURAS PÚBLICAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei Federal n. 8.072, de 25 de junho 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8072.htm.
- BRASIL. Lei Federal n. 12.850, de 2 de agosto de 2013. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 ago. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm.
- BRASIL. Lei Federal n. 11.343, de 23 de agosto de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 6 out. 2018.